

Primeiras Notícias sobre o Caju

CARLOS D'ALGE

A história da medicina portuguesa está ligada a três nomes: a Garcia de Orta, notável médico que em Goa, na Índia, publicou o primeiro livro de que há notícia sobre plantas medicinais — *Os Colóquios dos Simples*, em 1564; a Cristóvão da Costa, português nascido em território africano, formado na metrópole e embarcado para a Índia, na qualidade de físico da armada, e a quem se deve o *Tratado de las Drogas y Medicinas de las Indias Orientales*, publicado em Burgos, Espanha, em 1578; e, finalmente, a Carlos Clúsius (Charles de L'Escluse), nascido em Arrás, então cidade pertencente aos Países Baixos, doutor em direito e medicina, e que traduziu para o latim o livro de Garcia de Orta, sob o título *Aromatum et Simplicium Aliquot Medicamentorum* (1567), possibilitando a divulgação da obra de Orta em toda a Europa quinhentista. A Clúsius também se credita a tradução do livro de Cristóvão da Costa, que foi resumido e vertido para o latim, em 1582, com o nome de *Aromatum et Medicamentorum in Orientali India Nascentium liber*.

A reedição dessas notáveis obras foi promovida em Lisboa em 1964, por ocasião do quarto centenário da publicação dos *Colóquios*. O interesse que ainda há por estas obras, principalmente pelos trabalhos de Garcia de Orta, não é apenas da parte dos estudiosos da medicina ou da botânica, mas de

todos que têm curiosidade por problemas ou questões de ordem cultural.

No caso em espécie, interessou-nos verificar o conhecimento que tinham aqueles portugueses dos quinhentos acerca das plantas e das frutas que hoje constituem uma parte ponderável da riqueza brasileira, como a pimenta-malaqueta, a canela, o gengibre, o caju, a manga, o abacaxi, enfim uma variedade de frutas e de plantas medicinais e aromáticas, cuja tradição de largo consumo nos foi outorgado pelos antepassados lusitanos, viajantes de todo o mundo, e responsáveis pelo transplante das mais diferentes culturas. Não foi em vão que do Brasil levaram os portugueses o caju para a Índia e para a África, e da primeira nos trouxeram a manga, o jambo e a jaca.

Como falamos do caju, pareceu-nos curioso verificar o que disseram a respeito Carlos Clúcio, ao comentar o livro de Garcia de Orta, e Cristóvão da Costa.

Recorramos à versão portuguesa do epítome latino dos *Colóquios dos Simples*. Diz Carlos Clúcio, no prefácio da obra, que ao viajar por Espanha, encontrara por acaso um livro que “nascido em Goa, fora trazido recentemente da Índia Oriental”, cujo autor era D. Garcia de Orta, médico do Vice-Rei da Índia, e que resultara de “observações feitas durante mais de trinta anos entre os índios”, versando sobre plantas e aromas. Ao livro de Garcia de Orta, Clúcio acrescenta umas notas, recorrendo por vezes a Avicena, que cita freqüentemente, e procura descrever o melhor possível algumas drogas que tivera a dita de encontrar.

Neste livro,⁽¹⁾ à pag. 141, em nota ao capítulo de Garcia de Orta sobre o anacárdio, Clúcio refere-se ao caju da seguinte maneira:

“Uma espécie de noz às vezes é trazida do país dos Brasileiros para Lisboa, a que chamam *Cajus*. A ár-

(1) Clúcio, Carlos — *Aromatum et Simplicium Aliquot Medicamentorum apud Indos Nascentium Historia*, versão portuguesa do epítome Latino dos *Colóquios dos Simples* de Garcia de Orta, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1964.

vore é grande, com folhas como as da pereira; o fruto tem a forma e o tamanho de um ovo de pata, o qual, cheio de suco, é uma espécie de limão que chamam lima, de que usam os Brasileiros (embora Teveto, no cap. 61 da Descrição da América, afirme o contrário) como ouvi deles mesmo. Na extremidade do fruto existe saliente uma noz com a forma de rim de lebre, de cor acizentada, tornando-se às vezes cinzento-avermelhada. Esta noz consta de duas cascas entre as quais há uma matéria esponjosa, cheia de um óleo muito áspero e muito quente; por dentro contém uma amêndoa branca própria para comer e não inferior em gosto à noz de Alexandria, coberta por uma pelezinha cor de cinza, que é preciso tirar. Os indígenas alimentam-se dela depois de levemente torrada, pois é mais agradável e diz-se que estimula as paixões. O óleo ácido dizem que não serve para tirar impingens ou erupções da pele. Os habitantes usam-na contra a sarna.”

Não menos interessante é a descrição de Cristóvão da Costa, no seu *Tratado das Drogas*, de 1578. No cap. LI descreve o físico português a árvore, conta como nasce o fruto, para que se come, e chega a indicar a maneira mais agradável de se comer a polpa. Em nota ao pé do cap. esclarece o Dr. Jaime Walter (2) que Cristóvão da Costa conheceu os cajueiros nas hortas de Cochim, onde já existiam no tempo em que ali serviu como médico da armada. Deles não há notícia em Goa, pois nos seus *Colóquios* Garcia de Orta não se refere ao caju. Foi Clúcio quem acrescentou a nota explicativa na sua versão para o latim.

Diz Cristóvão da Costa que encontrou na Índia o Doutor Garcia de Orta “médico português e varão grave” e que conheceu o seu livro. Alude aos muitos erros de impressão “des-

(2) Costa, Cristóvão da — *Tratado das Drogas e Medicinas das Índias Orientais*, no qual se verifica muito do que escreveu o Doutor Garcia de Orta, versão portuguesa, introdução e notas do Dr. Jaime Walter, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1964.

cuido dos impressores” (o que se perpetua até hoje!) e explica que falta um elemento substancial que “são as pinturas e debuxos das plantas de que trata”, esclarecendo que por se ocupar o Doutor Garcia de Orta em outras coisas mais graves, por isso deixou de desenhar as plantas de que falara. Assim, decidiu Cristóvão da Costa, ao escrever o seu *Tratado*, enriquecê-lo com gravuras, pois supunha que “zeloso do bem desta terra (Goa), com a caridade que ao meu próximo devo, deliberei tomar este trabalho, e debuxar ao vivo cada planta, extraída com a raiz.”

Mas vamos ao caju, que foi esse o nosso propósito. Dele Cristóvão da Costa faz o desenho — com certeza, a primeira gravura que se tem notícia e — explica:

“Esta árvore é do tamanho de uma romãzeira: a folha é verde-clara, e grossa: a flor branca, quase como a da laranjeira, mas tem mais folhas e não cheira tanto. Dá esta árvore um fruto, chamado vulgarmente *caju*: o qual por ser muito estomacal e saboroso, é de todos os que o vêem, muito estimado. É este fruto, ou pomo tamanho como uma grande maçã, muito amarelo e perfumado. Tem muito sumo, e dentro é todo esponjoso, e não tem nenhum caroço. O seu sabor é sobre o doce, e aperta um pouquinho na garganta. Este fruto nasce duas vezes no ano, desta maneira, sai primeiro a flor, e dela uma fava grande, da figura que está pintada, e entre a fava e a flor sai o pomo: este pomo vai chupando a fava, e quanto mais o pomo vai crescendo, tanto mais a fava vai minguando, até que o caju está maduro, o qual se conhece, quando está bem amarelo, ou bem roxo, e perfumado, porque destas duas cores se acham: e sendo maduro, lhe fica aderida a pequena fava, que sobrou no olho, e com ela se colhe. Come-se este fruto depois de comer, molhado em vinho, ou sem ele: no qual além de ser muito saboroso, se acha mui notável proveito nas fraquezas de estômago, vômitos e fastios de comer.

E os que não têm necessidade deste auxílio, primeiro que o comam, o deixam de molhar um pouco em água, e desta maneira é muito grato ao apetite. É este fruto tido em muita conta e não se acha em todas as partes, e na cidade de Santa Cruz de Cochim o há em muitos jardins e hortas.”

Deliciosa, sem dúvida esta descrição ao natural e bem ao sabor lusitano, feita pelo Doutor Cristóvão da Costa, em 1578, ao escrever em Burgos o *Tratado das Drogas*, de olhos voltados para a Índia e para as suas lembranças de médico e de botânico. Mal podia prever o Doutor Cristóvão da Costa que aquela planta levada pelos portugueses, do Brasil para o Oriente, florescesse numa extraordinária cultura, tornando a Índia o primeiro produtor e exportador da castanha, seguindo-se-lhe Moçambique e o Brasil que, agora, começa a ver nessa planta milenar uma fonte de recursos e divisas.